UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO

LUCIANA GENRO

LUTA POLÍTICA E FORMA JURÍDICA: HORIZONTES DE TRANSIÇÃO

São Paulo

2017

LUCIANA GENRO

LUTA POLÍTICA E FORMA JURÍDICA: HORIZONTES DE TRANSIÇÃO

Dissertação apresentada ao
Departamento de Filosofia e Teoria Geral
do Direito da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alysson Leandro
Barbate Mascaro.

São Paulo

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Genro, Luciana Krebs

Luta política e forma jurídica: horizontes de
transição / Luciana Krebs Genro ; orientador Alysson
Leandro Barbate Mascaro -- São Paulo, 2017.
160 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2017.

1. Marxismo. 2. Pachukanis. 3. Mercadoria . 4.
Estado . 5. Transição . I. Mascaro, Alysson Leandro
Barbate, orient. II. Título.

LUCIANA GENRO

LUTA POLÍTICA E FORMA JURÍDICA: HORIZONTES DE TRANSIÇÃO

Dissertação apresentada ao
Departamento de Filosofia e Teoria Geral
do Direito da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alysson Leandro
Barbate Mascaro.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!

Fernando Sabino – O Encontro Marcado

AGRADECIMENTOS

Especialmente:

Ao meu orientador, Alysson Mascaro, pelos horizontes filosóficos que me abriu, pela amizade, incentivo, apoio e acolhimento. Se eu não tivesse conhecido o Alysson esta dissertação não existiria.

À USP pela chance de estudar numa das melhores universidades do mundo, pública e gratuita.

Aos professores Vladimir Safatle e Leda Paulani, cujos cursos foram de grande valor na construção desta dissertação.

Aos professores Ricardo Musse e Sílvio Almeida, que gentilmente aceitaram ser parte da banca.

Aos colegas da “trupe”, pelo companheirismo e solidariedade permanentes.

E também:

Ao meu marido, Sérgio, pelo oxigênio que me possibilitou chegar até aqui.

Ao meu pai, Tarso, que me fez comunista e sempre me incentivou a ler e estudar.

Ao meu filho, Fernando, e ao pai dele, Roberto, que hoje são meus maiores incentivadores a ler, estudar e a continuar acreditando no comunismo.

À minha mãe, Sandra, por sempre acreditar em mim.

À minha irmã, Vanessa, por trazer o Rodrigo e o Felipe para alegrar e renovar a vida.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam e lutam pela UTOPIA CONCRETA.

GENRO, Luciana. **Luta política e forma jurídica:** horizontes de transição. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

A partir de Marx e, em especial, das elaborações de Evgeny Pachukanis sobre o direito, esta dissertação analisa a relação intrínseca do direito e do Estado com o modo de produção capitalista e, particularmente, com a mercadoria. Inicia com uma demonstração sintética sobre o funcionamento do sistema capitalista e as contradições internas que levam a constantes crises econômicas e a condições de vida cada vez piores para a classe trabalhadora. Verifica como se articulam diferentes formas de acumulação e regulação que garantem a continuidade do sistema e apresenta as categorias de análise necessárias à compreensão de como o capitalismo, apesar das crises recorrentes, maneja e mantém a sua sociabilidade exploratória, em particular no contexto atual da financeirização. Em seguida demonstra o papel do Estado na garantia dos interesses do capital, seu caráter intrinsecamente capitalista e repressor, seja através dos mecanismos de coerção direta, seja através dos aparelhos ideológicos a ele atrelados. Finalmente analisa os desafios colocados no processo de construção de um Estado de transição e o papel do direito, através de uma visão crítica da experiência da ex-URSS.

Palavras-chave: Marxismo, Pachukanis; mercadoria; Estado; transição

GENRO, Luciana. **Political struggle and political form: transition horizons**. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

Based on Marx and especially on Evgeny Pachukanis as a theoretical reference, this dissertation analyzes the intrinsic relation of Law and State to the capitalist mode of production and, particularly, to the commodity. It begins demonstrating briefly how capitalist system works and the internal contradictions that lead to constant economic crises and increasingly worse living conditions for the working class. It is verified how different forms of accumulation and regulation are articulated to ensure the continuity of the system. The categories of analysis necessary to understand how capitalism, despite its recurrent crises, manages to keep its exploratory sociability, especially in the context of financialization, are presented. It is then demonstrated the role of State in keeping the interests of capital, its intrinsically capitalist and repressive character, functioning either through the mechanisms of direct coercion or through the ideological devices attached to it. It is analyzed, in particular, the intrinsic relation of Law with capitalism and particularly with the commodity. Finally, challenges faced in the process of building a transitional State and the role of Law are analyzed, through a critical view of the experience of the former USSR.

Keywords: Marxism, Pachukanis; commodity; State; transition

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Em busca da utopia concreta	11
As lições dos fracassos	13
O novo sempre vem	17
Sobre o que discutimos nesta dissertação	19
1. SOBRE O CAPITALISMO	21
1.1 O capital como a contradição em processo	23
1.2 Mudando para permanecer	34
1.3 Especulação, dívida e crise.	50
2. SOBRE FORMAS DE DOMINAÇÃO	64
2.1 O Estado como forma política capitalista	65
2.2 O direito como forma jurídica capitalista	75
3. SOBRE COMUNISMO E TRANSIÇÃO	94
3.1 Estado e transição.....	101
3.2 Direito e transição	111
3.3 Uma tentativa de transição ao socialismo.....	117
CONCLUSÃO	136
REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

Nesta reflexão sobre a luta política, a forma jurídica e o desafio de construir a transição para outro tipo de sociabilidade que não seja calcado na exploração capitalista, partimos do horizonte marxista, do método dialético e materialista histórico, para o qual o grande desafio é conectar a teoria e a prática numa verdadeira práxis transformadora, dentro de uma sociedade estruturada por formas sociais que são derivadas da mercadoria.

Marx e Engels deixam para trás a tradição moderna que limitava o homem à sua individualidade e subjetividade e o inserem no seu trabalho, na sua relação objetiva com a natureza. Esta mudança de enfoque é fundamental para a compreensão do homem na sua sociabilidade e não restrito à sua individualidade. Ao contrário da tradição hegeliana para a qual o motor da história era a razão, o pensamento, Marx afirma que o caráter da existência humana se afirma nas condições materiais da vida e não na consciência.¹ A consciência, portanto, é um produto do meio sensível e das relações estabelecidas pelos indivíduos com as outras pessoas e com as coisas externas a si mesmo. A vida e as manifestações do indivíduo refletem o que ele é, e o que ele é depende das condições materiais em que ele vive e produz, isto é, trabalha.²

Vivemos em um ambiente jurídico que focaliza apenas uma justiça formal, institucionalizada e preocupada apenas com a própria reprodutividade e que quer fazer do direito um conjunto de procedimentos técnicos, estabelecidos pela norma positivada, um fim em si mesmo. Os resultados desta lógica de apego ao sistema pelo sistema é o alheamento aos problemas políticos, sociais e humanos que, em última instância, estão na base do comportamento do ser humano. O direito como a arte do justo, como queria Aristóteles³, ou um direito calcado na eticidade como defendeu Hegel⁴, deram lugar ao direito como forma jurídica reflexo de uma forma

¹ MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 273.

² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Editorial Presença, 4.ed. p. 18-19.

³ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

⁴ HEGEL, G.W.F. **Sobre as maneiras científicas de tratar o Direito Natural**. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 26-27.

política estatal derivada da sociabilidade capitalista, como demonstrou Marx e desenvolveu Pachukanis.

Em busca da utopia concreta

Mas será que estamos destinados a nos conformar com o dado? Seria uma utopia almejar justiça, igualdade, liberdade? Em **“Utopia e Direito”**, Mascaro faz uma bela e profunda explicação sobre a ontologia jurídica da utopia.⁵ Ele explica que Bloch chama de utopia concreta o almejar uma sociedade que ainda não existe, mas que é uma possibilidade real. Não é a utopia da fantasia, mas uma busca das possibilidades efetivas que estão latentes e ainda não foram realizadas. Não é uma mera idealização, pois é vinculada a uma práxis que se orienta para o futuro. São os sonhos diurnos, conscientes, e que tentam transcender a realidade, o dado, o medíocre, a opressão, a discriminação, a desigualdade, ou seja, o capitalismo. Para Bloch, estes sonhos diurnos podem ainda não ter o potencial de se concretizar efetivamente, mas são fundamentais porque impulsionam uma vontade coletiva que constrói um futuro mais promissor. São sonhos que antecipam e, portanto, são mais do que sonhos. São consciências antecipadoras que projetam o futuro. Eles não necessitam de uma interpretação e sim de disposição para levá-los até o fim, para concretizá-los.⁶

Bloch define ainda que a esperança é a racionalidade antecipadora. A esperança, que num primeiro nível é apenas um sentimento positivo, pode ir além ao reconhecer na realidade do presente suas potencialidades. Assim, mesmo as esperanças que ainda não estão maduras para se concretizar são importantes pois geram e alimentam a luta pela transformação.

O pensamento de Bloch está baseado no conceito de possibilidade. O que há hoje não é o todo. O “ainda-não-ser” é a possibilidade do ser. Então, o “ainda-não-é” é a possibilidade do “vir-a-ser”. Bloch chama este possível de “possível dialético”, pois ele parte da compreensão do presente para antecipar o futuro a partir da

⁵ MASCARO, Alysson Leandro. **Utopia e Direito**: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

⁶ MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Ernst Bloch e “O sonho de uma coisa”. In: ALMEIDA, Jorge; BADER, Wolfgang. (Orgs.). **O pensamento Alemão no século XX**. Grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. Volume 1, p. 244-252.

maturação das condições da realidade e da ação do sujeito. É a “utopia concreta”, esta que chega ao nível do possível dialético.⁷

Acreditar neste possível dialético, nesta utopia concreta, é o que move os que lutam pela transformação, mesmo na atual conjuntura desfavorável. Vivemos tempos difíceis. A crise econômica tem provocado desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade. Nos governos se alternam partidos, desde a direita à esquerda tradicional, mas as políticas econômicas pouco mudam. Socialdemocracia, centro ou direita aplicam os mesmos planos econômicos, com maior ou menor grau de ataque aos direitos do povo, conforme a correlação de forças em cada país.

No mundo inteiro este processo está em curso, mas novos fenômenos políticos também estão a acontecer. Por isso, se é verdade que vivemos tempos difíceis, também é verdade que vivemos “sem tempos mortos”, como escreveu Beauvoir.⁸

Os povos do mundo resistem e as manifestações que tomaram conta dos Estados Unidos nos dias seguintes à eleição de Donald Trump, do Partido Republicano, como presidente do país, em novembro de 2016, entre tantas outras expressões de resistência, mostram que a luta vai seguir numa concentração cada vez maior de contradições. Entretanto, ao mesmo tempo em que as classes dominantes já não conseguem dominar como antes, ainda não há uma alternativa clara, com capacidade de tomar as rédeas da situação e alterá-la em favor da maioria do povo.

É certo que há um retrocesso político na América Latina, expresso antes de tudo pelo fortalecimento da direita no Brasil, depois do ciclo de governos do PT, e na Venezuela. Mas não podemos desprezar toda a experiência do período anterior. A derrocada da socialdemocracia e dos aparatos stalinistas abriu caminho para novos processos. Processos que não devem ser embelezados, pois são cheios de contradições, mas que também não devem ser desprezados porque resultam da luta dos povos latino-americanos.

⁷ MASCARO, Alysson Leandro. **Utopia e Direito**: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

⁸ BEAUVOIR, Simone. **Balanço Final**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 40.

O bolivarianismo na América Latina, os partidos Syriza na Grécia e Podemos na Espanha e até mesmo reações internas nas velhas estruturas partidárias, como Jeremy Corbyn, do Partido Trabalhista inglês, e Bernie Sanders, que disputou as prévias presidenciais pelo Partido Democrata dos Estados Unidos, são tentativas de encontrar um caminho que fuja do modelo stalinista e também da socialdemocracia tradicional, rendida ao social-liberalismo. A experiência de cidades espanholas como Madri, Cádiz e Barcelona, governadas por prefeitas eleitas a partir de uma confluência cidadã e democrática, também demonstra uma vívida busca dos povos por novos caminhos.

Não pretendemos aqui analisar esses fenômenos, muito menos endossá-los de todo. Mas a capacidade de aprender com os acontecimentos do nosso tempo é fundamental na construção do novo sujeito político necessário às transformações. As tradições do passado nos iluminam para compreender os fenômenos do presente e nos desafiam a lutar para descobrir o que deve ser feito para superar as limitações de cada acontecimento.

As lições dos fracassos

É fato que a esquerda vive uma crise. A queda do muro de Berlim, em 1989, inaugurou simbolicamente uma nova fase, na qual entre tantas outras coisas se debateu abertamente o fracasso do “socialismo realmente existente” – ou seja, o stalinismo e suas variantes. Para Mandel, já em 1990, a crise do socialismo constituiu-se em uma crise da prática dos socialistas, produto do fracasso histórico do stalinismo e da socialdemocracia. Uma crise de credibilidade de um projeto que já não convence a geração atual de que o socialismo é possível, necessário e útil.⁹

No Brasil, a crise econômica e política atual escancarou a falência do projeto petista, o qual pode ser identificado com os partidos da socialdemocracia e os socialistas “da ordem” no mundo todo. É verdade, portanto, que o socialismo real e a socialdemocracia fracassaram como projetos de emancipação humana. Estes fracassos estão na raiz da crise da esquerda.

⁹ MANDEL, Ernest. Situação e futuro do socialismo. *In*: O socialismo do futuro. **Revista de debate político**. Vol. 1, nº 1, mai. 1990. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990, p. 82

Muito embora a derrocada do stalinismo no mundo tenha cumprido um papel progressivo ao colocar na ordem do dia a necessidade e a possibilidade de superação daquele paradigma de sociedades autoritárias, ainda não surgiu um novo referencial consagrado que possa recolocar a viabilidade de outro modelo econômico e político. É verdade também o que diz Gramsci: na crise o velho já morreu, mas o novo ainda não pode nascer e neste interregno surgem “fenômenos patológicos” dos mais variados tipos.¹⁰ A vitória de Trump é uma expressão desses “fenômenos patológicos”. Bensaid expressa esta mesma ideia de Gramsci quando afirma:

Vivemos essa grande transição, esse grande intervalo entre dois extremos, entre o ‘não mais’ e o ‘ainda não’, em que o antigo não acabou de morrer enquanto o novo pena para nascer e corre o risco de perecer antes mesmo de ter vivido.¹¹

As experiências concretas de sociedades de transição, ditas socialistas, não conduziram ao comunismo. Ao contrário, a maioria delas não está mais sequer em transição e já deu origem a países capitalistas “normais”, como a Rússia, ou a capitalismo de Estado, como na China, onde uma burocracia estatal cumpre o papel de burguesia. A exceção talvez seja Cuba, que ainda vive em um tipo de transição, mas certamente não para o comunismo. Não pretendemos aqui esgotar as razões destes fracassos, mas eles estão na origem do problema da falta de um modelo que possa hoje inspirar as novas gerações a seguir na luta por uma sociedade livre da exploração e da opressão.

A ideia de que seria possível e suficiente construir um capitalismo com rosto humano, democrático e generoso é um fracasso evidente. Se não antes, a crise econômica de 2008/2009 na Europa revelou os partidos da socialdemocracia como aplicadores dos planos de ajuste mais cruéis contra o povo, idênticos aos aplicados pelos partidos mais conservadores. A tentativa da velha esquerda de “domar” o capitalismo teve efeito inverso. Ela é que foi domada pelo capital.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 184.

¹¹ BENSID, Daniel. **Os irredutíveis: teorema da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 11.

Cabe analisar as razões mais profundas dessa adaptação. O debate sobre o Estado e o seu papel é decisivo nesta análise. A esquerda tem chegado ao poder e se adaptado ao funcionamento do Estado burguês de forma absolutamente integrada aos interesses essenciais da burguesia.

O Brasil não fugiu deste “*script*”. Foram 13 anos de governo liderados pelo PT em conjunto com as frações financeiras e oligárquicas da burguesia, cujos interesses permaneceram intocados. O início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi marcado pela escolha de Henrique Meirelles¹² para a presidência do Banco Central. O fim melancólico do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado pela nomeação, logo depois da reeleição, em 2014, de Joaquim Levy¹³ como ministro da Fazenda, o qual acabou substituído pelo mesmo Henrique Meirelles após Dilma ser derrubada por um “*impeachment*” com características de golpe palaciano-parlamentar. O desastre da experiência petista levou ao crescimento do PSDB e ao aparecimento de uma direita mais orgânica e ideológica.

No Brasil, a “governabilidade” lulista foi fundada na cooptação de trãnsfugas da ditadura e na gestão da massa fisiológica de parlamentares por meio de cargos e dinheiro. A corrupção manteve-se como “*modus operandi*” do governo e produziu escândalos gigantescos. A cúpula petista, especialmente a lulista, associou-se às grandes empreiteiras para saquear os cofres públicos e drenar dinheiro público tanto para as campanhas eleitorais quanto para bolsos pessoais. Foi o abandono de uma bandeira democrática essencial pelo partido que se notabilizou na denúncia da corrupção dos governos anteriores.

A política econômica desse período apoiou-se numa aliança do Estado com o grande capital privado, com os banqueiros e o agronegócio. Ao mesmo tempo, fez concessões precárias às massas trabalhadoras - como um aumento relativo do salário mínimo - e estimulou o consumo baseado no endividamento explosivo.

¹² Henrique Meirelles, atual Ministro da Fazenda, foi presidente do Banco Central dos dois governos de Lula (2003 a 2011) Oriundo do setor financeiro, foi presidente do Bank Boston e era deputado federal eleito pelo PSDB quando foi convidado por Lula para presidir o Banco Central. Após o impeachment de Dilma voltou para o governo como Ministro da Fazenda de Michel Temer.

¹³ Joaquim Levy foi Ministro da Fazenda do governo Dilma (2015), com a missão de fazer o ajuste fiscal. Trabalhou nos governos de FHC e no FMI.

Mas o capitalismo no Brasil se desenvolve fundamentalmente pela superexploração. A acumulação do capital pressupõe um arrocho salarial maior do que a média das economias centrais para que o país encontre seu lugar na divisão internacional do trabalho. Esse processo tende a eliminar, em um curto espaço de tempo, as conquistas sociais. Não houve, de fato, políticas de combate à desigualdade, mas sim políticas de capitalização da classe mais pobre, o que é diferente. Os rendimentos das classes mais altas continuaram intocados e em crescimento.

Assim, o Brasil continua um país com níveis brutais de desigualdade, pois o governo também foi incapaz de modificar tal situação por meio de uma política de impostos sobre a renda, como o imposto sobre grandes fortunas. Acrescenta-se a isso o fato de os salários brasileiros continuarem baixos e de que 93% dos empregos criados nos últimos dez anos pagam até um e meio salário mínimo. E, agora, estes empregos estão sendo extintos pela crise.

Gonçalves analisa as questões econômicas estruturais durante o governo Lula e conclui que não houve grandes transformações, nem reversão de tendências e nem sequer políticas desenvolvimentistas. De fato, segundo Gonçalves, os eixos estruturantes do “nacional-desenvolvimentismo” foram invertidos e o resultado é desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica, mais desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural na esfera financeira, maior concentração de capital, dominação financeira ascendente e subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. Enfim, uma verdadeira “inversão de sinais” que faz com que ele atribua ao governo Lula a responsabilidade pela implementação de um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”.¹⁴

O lulismo no Brasil é, portanto, parte deste fenômeno mundial de adaptação da velha esquerda às políticas neoliberais ou sociais-liberais. Esta adaptação também apagou qualquer traço de luta anti-imperialista consequente. Por exemplo, ao invés de desenvolver o bolivarianismo, Lula isolou-o, e chegou ao ponto de negar

¹⁴ GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

asilo a Edward Snowden, o jovem americano que enfrentou o império ao revelar o sistema de monitoramento da internet utilizado pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA).

Musse pontua corretamente que o PT repetiu os caminhos dos partidos da Segunda Internacional, no início do século XX, ao buscar a transformação pela via da conciliação entre o capital e o trabalho e ao abandonar a perspectiva anticapitalista.¹⁵ E foi além. Como a atual fase do capitalismo não permite grandes voos keynesianos, a adesão às políticas neoliberais foi apenas uma questão de tempo.

O novo sempre vem

Mas os movimentos que eclodiram no mundo desde 2011, cujos ecos ouvimos no Brasil, são a expressão de que a hipótese emancipatória segue viva. Eles ainda não afirmam um novo horizonte, pois o socialismo não é uma referência para a maioria porque nunca existiu em lugar algum. Mas a negação determinada é o primeiro passo para, num processo dialético, construir o novo. Não é necessário um conteúdo positivo pronto para negar o que já está dado.¹⁶ Para superá-lo, sim. Mas já é um começo importante saber contra quem se luta. E os jovens que ocuparam Wall Street acertaram o alvo.¹⁷

Na busca pela construção deste novo modelo foram cometidos acertos e erros, e muitos outros ainda virão pela frente. Como escreveu Badiou, “o aparente fracasso, às vezes sangrento, de acontecimentos profundamente ligados à hipótese comunista foi e ainda é uma etapa de sua história” e “o fracasso, desde que não provoque o abandono da hipótese, é apenas a história da justificação dessa hipótese”.¹⁸

¹⁵ MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 409-426, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200012>. Acesso em: 18 nov. 2016.

¹⁶ ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. *In*: HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 23.

¹⁷ ALI, Tariq. O espírito da época. *In*: HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 66.

¹⁸ BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 10.

A “tentativa e erro” é única forma de acertar, e a análise teórica de alguns problemas estratégicos pode contribuir neste processo. Ainda segundo Badiou,

Todo fracasso é uma lição que se incorpora por fim na universalidade positiva da construção de uma verdade. Para isso, é preciso localizar, encontrar e reconstituir o ponto a respeito do qual a escolha foi desastrosa. Em linguagem antiga, podemos dizer que a lição universal de um fracasso encontra-se na correlação entre uma decisão tática e um impasse estratégico.¹⁹

Ademais, como descreve Mandel, os socialistas não têm trabalhado em vão. Muitas foram as conquistas decorrentes das lutas da classe trabalhadora, como os direitos trabalhistas, proteção e direitos sociais.

Não pode pois afirmar-se que os socialistas/comunistas tenham trabalhado em vão. Não pode sobretudo afirmar-se que os esforços das massas trabalhadoras em prol da melhoria da sua sorte hajam sido inúteis. Todo esse trabalho, todos estes esforços, mudaram já profundamente o mundo. É necessário tomar por base estes resultados, tomar por base uma reflexão crítica tanto dos êxitos como dos fracassos, para se poder examinar o futuro e as possibilidades do socialismo.²⁰

O futuro não está condenado a ser “uma repetição infernal da ordem existente e a história, de se imobilizar em uma eternidade mercantil”. Como afirma Bensaid, temos neste momento “uma dupla responsabilidade, de transmissão de uma tradição ameaçada de conformismo e de invenção audaciosa de um futuro incerto” e nosso papel não poder ser o “de conservar piedosamente um capital doutrinário, mas de enriquecer e transformar uma visão do mundo à prova de práticas renovadas”.²¹

Genro Filho²² definiu o método dialético como uma espécie de “tormento do espírito”, pois ao mesmo tempo em que é um tormento “desejado e consciente”, ele se pergunta permanentemente “que nascimento anuncia o que está desaparecendo?”. O pensamento dialético, desta forma, coloca como pressuposto a

¹⁹ BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 25.

²⁰ MANDEL, Ernest. Situação e futuro do socialismo. *In*: O socialismo do futuro. **Revista de debate político**. Vol. 1, nº 1, mai. 1990. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990, p. 86.

²¹ BENSaid, Daniel. **Os irredutíveis**: teorema da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 22.

²² GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo Filosofia Profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986, p. 45-46.

ideia de que o que está nascendo não é totalmente arbitrário, pois mantém um nexo com o que cede lugar e morre. Já o que está morrendo não desaparece totalmente e deixa uma herança, mas esta herança não é mais ele, não é o que morreu sob outra forma. É algo novo e, portanto, neste novo que nasce há algo de inesperado, que não poderia ser compreendido antes de nascer. E a perspectiva do inesperado carrega sempre uma dose de medo. Mas, conclui Genro Filho,

O caminho que vai do medo até a liberdade, do ponto de vista do indivíduo que pretende ser revolucionário, passa necessariamente pela dialética: como ontologia centrada na práxis, como pressuposto da objetividade dialética no interior dessa ontologia, como método e insubmissão diante do mundo que está aí e de seu curso natural e espontâneo.²³

Sobre o que discutimos nesta dissertação

É nesta busca que nos propomos a entender a lógica de funcionamento do capitalismo, do direito e do Estado, e ainda a analisá-los numa perspectiva de transição. Sem a intenção de esgotar o tema, pretendemos trazer alguns elementos que compõem o debate marxista na atualidade.

No capítulo 2, “Sobre o capitalismo”, abrimos uma rápida referência ao método de Marx utilizado em “**O Capital**” para então, na primeira parte, demonstrar de forma sintética como funciona o sistema e as suas contradições internas que levam a constantes crises econômicas e a condições de vida cada vez piores para a classe trabalhadora. Na segunda parte veremos como se articulam diferentes formas de acumulação e regulação que garantem a continuidade do sistema, com as categorias de análise necessárias à compreensão de como o capitalismo, apesar de suas crises recorrentes, maneja e mantém a sua sociabilidade exploratória. Na terceira parte apresentamos um breve panorama da financeirização do capitalismo e a crise decorrente deste processo.

No capítulo 3, “Sobre formas de dominação”, dividido em duas partes, iniciamos pela demonstração do papel do Estado na garantia dos interesses do capital, seu caráter intrinsecamente capitalista e repressor, seja através dos mecanismos de coerção direta, seja através dos aparelhos ideológicos a ele

²³ GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo Filosofia Profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986, p. 46.

atrelados. Em seguida, abrimos a segunda parte com um rápido panorama das principais vertentes de análise do direito para, em seguida, explicar a relação intrínseca do direito com o capitalismo e particularmente com a mercadoria. As elaborações de Stutchka e principalmente de Pachukanis nos guiam neste processo.

No capítulo 4, “Sobre comunismo e transição”, iniciamos com um panorama dos debates que permearam a construção da ideia do comunismo para em seguida analisar os desafios colocados no processo de construção de um Estado de transição para este fim estratégico.²⁴ No segundo ponto retomamos o tema do direito, desta vez para discutir o seu papel na transição e a possibilidade, ou não, de um direito socialista. Na terceira parte discutimos a transição, à luz da experiência da ex-URSS. Apresentamos neste ponto também diferentes visões críticas do “socialismo real”.

Na conclusão buscamos sintetizar, de forma articulada, os diferentes tópicos desenvolvidos ao longo do texto para que se compreenda de que maneira o funcionamento do capitalismo - suas contradições e as formas de regulação que asseguram a sua continuidade - articula-se com o direito na sua conexão profunda com o sistema e, neste contexto, o papel do Estado, cuja natureza de classe independe de quem exerce diretamente o poder. Demonstraremos que a transição ao socialismo é um processo complexo, que nunca se realizou plenamente, de forma que a esquerda que pretenda continuar a luta pela emancipação da humanidade necessita compreender os acertos e erros do passado e do presente para readquirir potência na construção do futuro.

²⁴ Marx é claro ao definir o socialismo como transição ao comunismo, mas Lênin e Trotsky, especialmente quando falam sobre a sociedade soviética, não são precisos no uso das palavras socialismo, comunismo e transição. Certas passagens transmitem a ideia de uma transição ao comunismo, que seria o socialismo, em outras falam de uma transição ao próprio socialismo.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista metodológico, a análise da realidade não pode se deter somente na aparência dos fatos. Eles são fenômenos necessários neste processo de análise, mas é preciso ir além e verificar suas leis internas, o existente e a sua negação, isto é, o caráter de permanente devir da realidade.

Não por acaso Marx iniciou a análise em **“O Capital”** pela mercadoria. Esta foi a categoria fundamental que permitiu a ele, num raciocínio do abstrato ao concreto, explicar a sociedade burguesa como um todo a partir da síntese de suas partes. É o começo pelo mais simples, que contém no seu interior as determinações da totalidade. Síntese de múltiplas determinações, o concreto é a unidade na diversidade. A partir da análise das contradições contidas na mercadoria, Marx demonstrou as contradições do capitalismo. Nossa análise, portanto, também partiu da mercadoria.

O modo de produção capitalista é transitório e as crises são inerentes ao sistema devido a suas contradições internas.

O objetivo do capitalismo é a acumulação de capital e não a produção de mercadorias para o bem-estar da humanidade. O objetivo da produção mercantil é a transformação de trabalho abstrato em dinheiro. A produção de valores de uso é um meio para a produção de mais dinheiro. Por isso, Marx afirma que conversão da fórmula M-D-M em D-M-D encerra toda a essência do capitalismo.⁴⁷²

A mercadoria contém tempo de trabalho humano, medida do seu valor. Seu valor de uso é incomensurável, mas o seu valor de troca é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Aqui identificamos uma contradição essencial: é principalmente com o aumento da taxa de exploração do trabalhador, isto é, da quantidade de mais-valor extraído, que o capitalista amplia o seu lucro.

⁴⁷² JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 61.

Mas para aumentar a taxa de mais-valor é preciso reduzir salários ou elevar a produtividade do trabalho, ou seja, incrementar a exploração.⁴⁷³

Assim percebemos que a lei interna mais importante do desenvolvimento do capital e base do seu limite é o fato de que ao tentar reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto põe este mesmo tempo como principal medida e fonte de toda a riqueza, o capital é “a contradição em processo”.⁴⁷⁴ Este conceito de contradição permeia toda a lógica interna do movimento econômico.

A concorrência demanda mais produtividade, com o emprego de mais máquinas e tecnologia. Esta substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e o consequente aumento da composição orgânica do capital acaba por baixar a taxa média de lucro, pois o mais-valor é extraído do trabalho humano. Esta é uma tendência de longo prazo, sobre a qual atuam fatores adversos tais como a elevação do grau de exploração do trabalho, a redução de salários, a baixa dos preços dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital investido em ações⁴⁷⁵. O desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias também tem sido fundamental na tendência contrária à queda da taxa de lucro.⁴⁷⁶

Esta tendência à queda da taxa de lucro é apresentada por Marx como um limite próprio do sistema, que faz do capitalismo um modo de produção transitório, não um modo absoluto de produção de riqueza.⁴⁷⁷

Por colocar um limite à demanda, os baixos salários também são um obstáculo à expansão da produção. Para Harvey, a expansão deve ser de um crescimento composto de 3% ao ano para que a economia se mantenha “saudável”. O crédito é o meio para ajudar a criação de demanda e também para fazer a ponte entre o tempo de produção e o da venda da mercadoria. Mas ele também contém contradições e leva a um aumento do poder do capital rentista, que desenvolve uma

⁴⁷³ ROMERO, Daniel (org). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 16.

⁴⁷⁴ MARX, Karl. **Grundrisse**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972, p. 229.

⁴⁷⁵ *Idem*. **O Capital**. Livro III. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 267-276.

⁴⁷⁶ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, p. 82.

⁴⁷⁷ MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 278.

estreita ligação entre as finanças e o Estado, principalmente por meio da dívida pública.⁴⁷⁸

Harvey ressalta ainda que o capitalismo vive “uma contradição autodissolutora”, pois o sistema de crédito proporciona uma expansão gigantesca da produção ao mesmo tempo em que separa a administração da posse do capital e cria uma aristocracia financeira que acelera o desenvolvimento material das forças produtivas. Mas este processo é, na definição de Marx, a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio capitalismo, pois acelera a formação de crises e traz à tona os elementos de desintegração do sistema.⁴⁷⁹

O valor é um “sujeito autômato” que vive em uma permanente “fuga para a frente cada vez mais desesperada”, em busca de subterfúgios que façam coincidir momentaneamente a circulação e a produção. Esta fuga é a especulação do capital financeiro, do capital fictício, que cria a ilusão de que é possível crescer por si mesmo, sem passar pelo processo produtivo e pelo consumo de trabalho. O juro se parece com o lucro, mas não é. O dinheiro só é “bom” se for resultado de um processo bem sucedido de valorização do valor operada pelo trabalho, o que não é o caso do juro, que representa um trabalho não produtivo.⁴⁸⁰

A separação entre produção e consumo e entre o particular e o universal, contida na mercadoria, faz com que a crise seja inerente ao sistema capitalista, a sua “verdade”. O capitalismo só pode evoluir por meio de sucessões de crises e acabará por desmoronar sob o peso das suas contradições.⁴⁸¹

Este desmoronamento, entretanto, não significa que o capitalismo será sucedido pelo socialismo. A ação humana neste processo é fundamental, pois, se a decomposição do sistema está determinada, o que virá a substituí-lo será resultado da luta de classes.⁴⁸²

⁴⁷⁸ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, p. 30-47.

⁴⁷⁹ *Idem*. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013; p.379

⁴⁸⁰ JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 148-149.

⁴⁸¹ *Idem Ibidem*, p. 134-135.

⁴⁸² *Idem Ibidem*, p. 264.

Já não é possível existir um capitalismo “honesto”, sem especulação. É ela, a especulação, que mascara o fato de que a acumulação de valor atingiu o seu limite histórico. A mundialização neoliberal é o resultado inevitável da lógica capitalista e ao mesmo tempo um sinal da sua extrema fraqueza. Os direitos sociais obtidos ao longo da história são conquistas das lutas sociais e, ao mesmo tempo, são indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo.⁴⁸³

Mesmo com crises o capitalismo encontra formas de se reciclar por meio de diferentes regimes de acumulação e modos de regulação.

Trabalhamos com os conceitos da Escola de Regulação e apontamos que o capitalismo se organiza em diferentes regimes de acumulação, um conjunto de regularidades que assegura a acumulação de capital, que organiza, absorve e reparte no tempo as distorções e desequilíbrios do processo. A forma institucional que articula os mecanismos políticos e jurídicos para assegurar alguma estabilidade ao regime de acumulação é o modo de regulação.⁴⁸⁴ A regulação não impede as crises, mas, ao defrontar-se com elas, gera transformações institucionais e constitui hegemonias sociais capazes de garantir uma estabilização do regime de acumulação.⁴⁸⁵

As crises estruturais produzem mudanças no regime de acumulação ou no modo de regulação. Isso pode ocorrer quando, mesmo que o regime de acumulação ainda seja viável, os mecanismos da regulação não funcionam mais para garantir a estabilização. Em outra situação, as contradições no interior das formas que condicionam o regime de acumulação levam a uma crise da regulação e a um comprometimento geral.⁴⁸⁶

Em cada regime de acumulação o mercado e o Estado articulam-se de modo a garantir a acumulação de capital. Os mecanismos coercitivos são fundamentais neste processo, mas não podem ser os únicos. As instituições e normas sociopolíticas regulam as relações sociais a fim de manter a coesão com diferentes modos de regulação.

⁴⁸³ JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 246.

⁴⁸⁴ BOYER, R. **A Teoria da Regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

⁴⁸⁵ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 117.

⁴⁸⁶ BOYER, Robert. *Op. cit.*, p. 95.

O regime de acumulação fordista caracterizou-se pela intensa extração de mais-valia relativa por intermédio do permanente aumento da produtividade e no estímulo ao consumo de massas. Neste regime o capital fictício tem pouca força, mas há solidariedade entre finanças e produção. O modo de regulação correspondente ao modelo fordista é o Estado de bem-estar social, com políticas keynesianas de estímulo ao investimento, trabalho formal, direitos trabalhistas e previdência por repartição simples.

A política conservadora e neoliberal foi uma reação à crise econômica e social do regime fordista de acumulação do capital. A regulação keynesiana foi colocada em xeque, assim como a política de demanda destinada a dar sustentação ao crescimento econômico e à geração de empregos. Ao mesmo tempo, o controle da inflação tornou-se o principal objetivo dos novos governos neoliberais.⁴⁸⁷

Após os chamados trinta gloriosos anos, desde o início dos anos 1980, o capitalismo vive sob um regime de acumulação com dominância financeira, intensificação da exploração e um funcionamento ordenado pelos interesses do capital financeiro.⁴⁸⁸ O que predomina é a lógica rentista, especulativa e de curto prazo. O capital produtivo é subordinado a essa lógica, o consumo é excludente e o capital fictício ganha muita força.

O modo de regulação correspondente a este modelo caracteriza-se pelo mercado como regulador da rentabilidade, com intervenção do Estado presidida pelos interesses da esfera financeira. O trabalho é flexibilizado e precarizado, com redução permanente no nível de emprego e predominância do regime previdenciário de capitalização.⁴⁸⁹

Neste regime de acumulação o capital financeiro adquire centralidade, gera um capitalismo patrimonialista e fortalece as instituições que acumulam pela via das finanças. É o caso dos fundos de pensão, que se tornam proprietários dos grandes grupos empresariais e impõem ao capital produtivo a lógica da maximização do valor

⁴⁸⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 189.

⁴⁸⁸ CHESNAIS, François. A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial Predominantemente Financeiro. **Praga – Estudos Marxistas**, São Paulo, n.3:1997, p. 21.

⁴⁸⁹ PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>. Acesso em: 27 jun. 2015, p. 25-39.

acionário.⁴⁹⁰ Por isso, toda a geração de renda e riqueza subordina-se aos imperativos da valorização financeira, adapta processos ao aproveitamento dos ganhos pela acumulação financeira e exige da produção ganhos elevados, com ainda mais exploração do trabalho.⁴⁹¹

Para Dardot e Laval, o neoliberalismo não é apenas outro regime de acumulação, mas outra sociedade, a sociedade neoliberal, que não deixa de ser capitalista, mas configura um tipo singular e específico de capitalismo. Seus modos de exercício do poder são transversais e constituem uma nova “governamentalidade”.⁴⁹² As transformações culturais, sociais e subjetivas provocadas pelo neoliberalismo não o reduzem a uma mera política econômica e por isso ele não é uma resposta à crise de acumulação, mas a uma crise de “governamentalidade”.⁴⁹³

Esta “virada” neoliberal, iniciada por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respondeu a um “excesso de democracia” que tornou a situação “ingerível” diante do crescimento das reivindicações da classe trabalhadora e da queda das taxas de lucro que colocaram em xeque o modelo fordista.⁴⁹⁴

Além das relações econômicas e sociais e da luta ideológica travada, foi operada também uma mudança de comportamento desencadeada por técnicas e dispositivos de disciplina, por sistemas de coação econômicos e sociais que obrigaram os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizados e de acordo com uma lógica de valorização de capital. A progressiva ampliação destes sistemas disciplinares e sua institucionalização conduziram a uma nova “racionalidade geral”, como se este modelo fosse o único caminho possível.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁴⁹¹ PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>. Acesso em: 27 jun. 2015.

⁴⁹² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 19.

⁴⁹³ *Idem Ibidem*, p. 26.

⁴⁹⁴ *Idem Ibidem*, p. 194-195.

⁴⁹⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p.193.

As contradições internas da estratégia neoliberal estão na raiz da sua crise.

Esta etapa de orgia especulativa contém um alto grau de contradição entre produção e apropriação. A explicação geral de sua crise, segundo Duménil e Lévy, está nas contradições inerentes aos objetivos e métodos do neoliberalismo que promove uma “busca irrestrita por altas rendas combinada com as realizações associadas à financeirização e à globalização” e ainda pela “insustentável macrotrajetória da economia norte-americana, livre das restrições impostas em outros países do centro”.⁴⁹⁶ A busca por altos rendimentos para o topo da pirâmide social leva a uma diminuição dos investimentos produtivos, e uma busca permanente por um “excedente fictício”.⁴⁹⁷

Carcanholo e Nakatani chegam a definir que o mecanismo que garante a continuidade do modelo é a produção de “lucros fictícios”, constituídos pela valorização especulativa de ativos e pelo crescimento da dívida pública dos Estados. Um lucro que não tem substância, pois não provém de mais valia nem de excedente gerado por relações não salariais.⁴⁹⁸ Entretanto, segundo os mesmos autores, este lucro fictício soluciona o problema hoje para amplificá-lo logo mais à frente, pois permite bases para uma apropriação maior do que seria possível e amplia o volume de capital especulativo e parasitário como “uma bola de neve que a qualquer momento pode se transformar numa avalanche”.⁴⁹⁹

A solução não é, entretanto, um regresso ao regime de acumulação fordista. Jappe aponta que um regresso ao keynesianismo não é apenas indesejável, mas impossível, pois a mundialização neoliberal é o resultado da lógica capitalista e também um sinal de sua extrema fraqueza.⁵⁰⁰

O Estado e o direito são formas de dominação do sistema capitalista.

⁴⁹⁶ DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 42.

⁴⁹⁷ *Idem Ibidem*, p. 32.

⁴⁹⁸ CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e Lucros fictícios**. Formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 98-99.

⁴⁹⁹ *Idem Ibidem*, p. 100-101.

⁵⁰⁰ JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 246.

A forma jurídica e a forma política estatal agem de forma separada e ao mesmo tempo implicam-se mutuamente como estruturantes do todo social. É a partir desta relação de imbricação recíproca que o Estado surge como Estado de direito.⁵⁰¹ O Estado não é apenas um instrumento da classe dominante, assim como o direito não é uma expressão imediata da vontade desta classe. As leis podem chocar-se com os interesses imediatos da burguesia ou de frações dela, mas sempre garantem o seu interesse geral.⁵⁰²

O caráter de classe do direito está dado pela sua própria organização interna, pelo modo como ele se estrutura no processo do valor de troca. Sua função é fazer o homem circular como mercadoria, com liberdade para criar valor para outros e autonomia de vontade para se sujeitar ao capital.⁵⁰³

Foi Pachukanis quem demonstrou que a raiz da forma jurídica está na relação de troca das mercadorias e revelou a conexão profunda do direito com o capitalismo. O sujeito de direito surge diante da necessidade das relações sociais capitalistas, que são relações entre proprietários de mercadorias. Para se efetivar a troca como um ato voluntário, é preciso que os proprietários sejam sujeitos jurídicos portadores de direitos.⁵⁰⁴

O Estado, por sua vez, está diretamente ligado às relações de produção capitalistas e por isso sua natureza de classe independe de quem exerce diretamente o poder. Esta autonomia relativa permite ao Estado assumir uma forma impessoal, ganhar eficácia e constituir-se como instância separada para garantir a troca de mercadorias e a acumulação de capital.⁵⁰⁵

No horizonte comunista encontra-se, portanto, a extinção do Estado. Esta foi uma das lições apreendidas por Marx na análise dos acontecimentos da Comuna de

⁵⁰¹ MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013, p. 40-43.

⁵⁰² NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p.32-34.

⁵⁰³ *Idem Ibidem*, p. 88.

⁵⁰⁴ KASHIURA Júnior, Celso Naoto. Dialética e Forma Jurídica: considerações acerca do método em Pachukanis. P. 70-76. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **O discreto charme do direito burguês: Ensaio sobre Pachukanis**. Coleção Idéias 8. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, SP. 2009.

⁵⁰⁵ NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 33.

Paris, cuja derrota teria fornecido a prova de que a classe trabalhadora não pode se limitar à conquista da máquina do Estado, mas deve empenhar-se pela sua extinção.

No mesmo sentido, Lênin chega a definir como “semi-Estado” aquele Estado pós-revolução, que deverá perecer. Ele apresenta a ideia de um “Estado livre do povo” como uma palavra de ordem agitativa, mas sem precisão científica, pois “qualquer Estado não é livre nem do povo”.⁵⁰⁶

Cabe ainda ressaltar que a repressão é um elemento determinante no funcionamento do Estado, mas ele não é apenas um aparelho repressor. Também age de forma concertada, combina repressão e ideologização por meio de aparelhos ideológicos que não se utilizam necessariamente da força física, mas exercem o poder para criar hegemonia social.⁵⁰⁷ É o que Gramsci vai chamar de consentimento ativo dos dominados.

A transição é um período longo e complexo de intensa luta de classes, no qual o Estado e o direito não deixam de ser capitalistas.

À luz dessas conclusões sobre o capitalismo, o direito e o Estado, chegamos ao tema da transição. A questão econômica da União Soviética é bastante complexa e dela derivaram diversos debates.⁵⁰⁸ Avaliar esta experiência é fundamental para a reflexão crítica a respeito dos rumos de uma sociedade que pretenda se organizar sob outra sociabilidade que não a capitalista.

Para os teóricos da “crítica do valor”, o “socialismo realmente existente” não teria sido uma negação do capitalismo, mas sim outra forma, ainda mais opressiva, do capitalismo intervencionista-estatal.⁵⁰⁹ Além disso, a liberdade política, inexistente

⁵⁰⁶ LENINE, V.I. **O Estado e a Revolução**. Obras escolhidas. 3 Edições Avante! Lisboa: 1985, p. 201-203.

⁵⁰⁷ ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 108-111.

⁵⁰⁸ Sobre o tema Vania Bambirra recomenda: Debate sobre a economia soviética e a lei do valor, Grijalbo, México, 1974, obra que reproduz parcialmente as teses de Lenin, Trotsky, Probrzenski e Bukarini; a polêmica sobre economia socialista conduzido por Che Guevara, Charles Bettelheim, Ernest Mandel e outros, em A economia socialista: debate, Barcelona, Ed. Nova Terra, 1968; e os pontos de vista do mesmo Charles Bettelheim, As lutas de classes na URSS – Século XXI, Ed. Mexico, 1976.

⁵⁰⁹ POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 28.

na sociedade soviética, não poderia ser tratada de forma contingente, mas sim como um ponto programático fundamental.⁵¹⁰

Esses teóricos apontam para a necessidade de uma crítica ao trabalho e à transformação do trabalho em valor, e não apenas ao que seria um “lado negativo, abstrato do capital” em contraposição ao seu “lado positivo e concreto”.⁵¹¹ Para eles, as políticas reformistas às quais o “marxismo tradicional” aderiu advêm da incompreensão de que a luta não pode ser por uma justa distribuição dos frutos do trabalho, mas sim pela abolição do trabalho e do valor.⁵¹²

Postone, inspirador da “crítica do valor”, sustenta que a crítica marxiana do capitalismo, principalmente expressa no “**Grundrisse**”, é dirigida ao modo de produção e de distribuição e não apenas a este último. Por isso, consiste em uma crítica do trabalho no capitalismo e não uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho.⁵¹³

Ele se separa do que chama de “marxismo tradicional”, que limitaria a crítica ao modo de distribuição e trataria a produção industrial como um desenvolvimento técnico que se torna incompatível com o capitalismo. Postone entende que, para Marx, a contradição do capitalismo não está entre produção industrial e valor, mas na produção industrial baseada no valor, isto é, como um modo de produção especificamente capitalista que deve ser superado. Assim, o trabalho deixaria de ser a fonte de riqueza e o tempo de trabalho deixaria de ser a medida dessa riqueza. Consequentemente, o valor de troca deixaria de ser a medida do valor de uso.⁵¹⁴

A superação do capitalismo, portanto, envolveria a superação do trabalho assalariado, a abolição do sistema de distribuição baseado na compra, por meio de um salário, da força de trabalho como uma mercadoria. Isto é, a superação do capitalismo envolveria também a superação do trabalho concreto executado pelo proletariado. Só assim o trabalhador superaria sua condição de alienação – de não controle da sua atividade produtiva – e passaria a apropriar-se do potencial humano

⁵¹⁰ POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 25 -29.

⁵¹¹ JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 251.

⁵¹² *Idem Ibidem*, p. 100-106.

⁵¹³ POSTONE, Moishe. *Op. cit.*, 2014, p. 37.

⁵¹⁴ *Idem Ibidem*, p. 43.

e dos conhecimentos historicamente constituídos de forma alienada. Tornar-se-ia, assim, um “indivíduo social”.⁵¹⁵

Mas liquidar a escassez é pressuposto indispensável para se alcançar o comunismo, no qual cada um sirva a coletividade de acordo com a sua capacidade e ao mesmo tempo receba deste coletivo de acordo com as suas necessidades. É neste contexto de alto desenvolvimento das forças produtivas que se torna real a possibilidade de desaparecimento da divisão do trabalho e da oposição entre trabalho intelectual e manual, bem como a sua transformação em uma necessidade vital e não mais um meio de vida.

Mas o fato de que a sociedade comunista só pode ser erigida em uma sociedade com forças produtivas em alto grau de desenvolvimento não nos leva a negar a revolução socialista nos países de capitalismo pouco desenvolvido, mas sim a compreender o seu caráter permanente. Os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e da própria sociedade fazem com que haja uma combinação entre tarefas democrático-burguesas e socialistas. Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Os mais atrasados podem iniciar o processo revolucionário e a tomada do poder mais cedo, mas não conseguirão atingir o socialismo antes dos mais avançados.

Há um período de transição no qual será preciso trabalhar por um rápido aumento da massa das forças produtivas. Segundo Marx, isso só poderá ocorrer por meio de “intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção”, com medidas que revolucionem todo o modo de produção. Elas serão diferentes em cada país e poderão incluir expropriação do latifúndio, imposto progressivo, transporte estatal, centralização do crédito nas mãos do Estado, educação pública e gratuita, entre outras.⁵¹⁶

Lênin também ressalta que este momento transitório combina traços e propriedades do capitalismo e do comunismo e representa um período de luta entre

⁵¹⁵ POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 44.

⁵¹⁶ MARX, Karl; ENGELS, Frederick. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **O manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.; p. 28

os dois modos de produção.⁵¹⁷ As empresas estatais do Estado soviético não deixaram de buscar otimização dos lucros, redução de custos, aumento de produtividade. A lei do valor seguiu como instrumento regulador da economia, características do capitalismo.⁵¹⁸

Lênin define que “na primeira fase do comunismo”, entendida como a sociedade de transição, o direito burguês será conservado em relação à distribuição dos produtos de consumo. Daí resulta a necessidade de um Estado burguês, pois o direito requer o aparelho estatal para impor suas normas. Dessa situação decorre a subsistência de um Estado burguês mesmo sem a burguesia no poder.⁵¹⁹ Trotsky afirma que neste momento o Estado adquire uma dupla face, pois ao mesmo tempo em que assegura a propriedade coletiva dos meios de produção, o que lhe confere um caráter socialista, não deixa de ser burguês, pois a repartição dos bens se dá segundo os padrões capitalistas.⁵²⁰

Naves vai no mesmo sentido quando afirma que o Estado detém uma autonomia relativa que lhe permite permanecer burguês mesmo quando a burguesia não exerça diretamente o domínio sobre ele.⁵²¹ Aponta ainda que são necessárias transformações profundas para enfraquecer o núcleo repressivo e burocrático do Estado, de modo que as massas assumam o controle sobre a burocracia estatal. Com o reforço das organizações populares de massas, o Estado se enfraquecerá e poderá deixar de ser um instrumento de dominação contra o povo. Esse processo depende da luta e da iniciativa dos trabalhadores, pois não será resultado de medidas administrativas. Sem essa transformação radical, a forma burguesa do Estado se fortalece e se reproduz.⁵²² Foi o que ocorreu com a sociedade soviética.

A mera transferência da propriedade dos meios de produção da burguesia para o Estado não assegura o fim do capitalismo. O socialismo não é uma operação jurídica, e sim um processo de transição que permite superar as determinações do

⁵¹⁷ LENIN. VI. **Obras completas**, Tomo XXXII, p. 84. Citado por BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 83

⁵¹⁸ BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 177

⁵¹⁹ LENINE V.I. **O Estado e a Revolução**. Obras escolhidas 3 Edições Avante! Lisboa 1985, p. 270.

⁵²⁰ TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 41.

⁵²¹ NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 33.

⁵²² *Idem*. Stalinismo e Capitalismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Análise Marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH, 2005, p. 59.

capital. As relações capitalistas são fundadas na separação entre os meios de produção e o trabalhador. É uma forma de organização do trabalho que assegura a reprodução da exploração da força de trabalho e da valorização do valor e dá ao capitalista a possibilidade de exercer sobre o trabalhador um domínio completo, de expropriá-lo do saber técnico e de limitá-lo à execução de ordens.

A troca mercantil é apenas uma manifestação fenomênica e fetichista da relação específica que subordina o trabalho ao capital. É no processo de subsunção real do trabalho ao capital, isto é, da perda, por parte da classe trabalhadora, da propriedade, do conhecimento e do domínio sobre os meios de produção, que se funda a expropriação real dos produtores. Nele, o trabalho subordina-se à valorização do capital e os meios de produção tornam-se instrumentos de domínio sobre os trabalhadores.⁵²³

A sociedade de transição ainda se organizará, portanto, segundo as exigências da valorização capitalista, cujas características objetivas reproduzem as condições de subordinação dos produtores. Por isso, a luta de classes não cessa e, pelo contrário, se intensifica no processo de transição. A burguesia terá sido derrotada enquanto classe dominante com a instauração de um poder popular, mas o capital enquanto relação social de produção continuará a existir, pois a estrutura material da produção ainda não terá sido transformada. Essa transformação é o principal desafio econômico da transição.⁵²⁴

É a transformação da estrutura material e técnico-organizativa da produção que poderá instaurar relações de produção de tipo comunista. O momento inicial da transição está na instauração de um poder popular, mas processo é árduo e longo.⁵²⁵

Durante a transição o direito permanecerá burguês, “um direito da desigualdade, como todo o direito”. Isso porque se a igualdade é medida pelo trabalho e se as pessoas são desiguais física e intelectualmente, a igualdade só pode ser garantida por uma escala de medição desigual. Entretanto, o direito, “pela

⁵²³ TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org). **Análise Marxista e sociedade de transição**. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005, p. 33- 36.

⁵²⁴ *Idem Ibidem*, p. 30-31.

⁵²⁵ *Idem Ibidem*, p. 31.

sua natureza, só pode consistir na aplicação de uma escala igual”.⁵²⁶ O direito não é um atributo da sociedade humana em abstrato, mas uma categoria histórica que corresponde a um regime edificado sobre a oposição de interesses privados.⁵²⁷ Neste sentido, Marx afirma que os trabalhadores não podem formular uma estratégia de luta sob o modelo do direito, pois este está “irremediavelmente” vinculado ao processo de trocas e à sociedade burguesa.⁵²⁸

Nesta sociedade de transição o princípio que regula a troca de mercadorias ainda impera, isto é, cada um recebe de acordo com o que produziu e não de acordo com as suas necessidades.⁵²⁹ Como afirma Trotsky, a conquista do poder apenas inaugura a revolução. Nisso reside o caráter “permanente” da revolução, pois, dada a dominação das relações capitalistas em nível mundial, a luta de classes seguirá, sob a forma de guerra civil ou guerra revolucionária.⁵³⁰

Igualdade e soberania popular são apresentados por Safatle⁵³¹ como dois eixos do que consideramos um Estado de transição. O programa apresentado pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 no Brasil e o programa proposto por Sanders nos Estados Unidos também se constituem em exemplos de programa de transição.

Os movimentos que se multiplicaram pelo mundo desde 2011 e tiveram sua expressão no Brasil em junho de 2013 apontam para uma luta antissistema que pauta, das formas mais variadas, a busca por direitos e democracia real. Esses movimentos ainda não têm um horizonte afirmativo mais completo, mas enquanto negação do modelo dado são fundamentais para a construção do novo.

Verificamos que, em um primeiro momento do processo de transição, será necessário o fortalecimento do Estado, mas com uma intervenção no sentido inverso ao modelo vigente. Ao invés de operar fortemente em favor dos interesses da acumulação, este novo Estado deverá atuar pelo igualitarismo e pela soberania

⁵²⁶ MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX ENGELS. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo III. Avante! Lisboa, 1985, p. 15-17.

⁵²⁷ PACHUKANIS, E.B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 36.

⁵²⁸ NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 28.

⁵²⁹ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 15-16.

⁵³⁰ TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em 28 jan. 2016, p. 5.

⁵³¹ SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2014, p. 45.

popular. Por isso, ele pode até vir a ser definido como um “Estado operário” ou um “Estado popular”, pelo fato de seu controle não estar mais nas mãos da burguesia, muito embora mantenha seu DNA burguês, pois o modo de produção capitalista não terá sido extinto e, portanto, de uma forma ou outra o Estado seguirá sendo o fiador da acumulação. Neste sentido vimos que Trotsky afirmou, ao referir-se ao Estado soviético, que o Estado pode ter um duplo caráter: socialista, quando defende a propriedade coletiva dos meios de produção e burguês, na medida em que a repartição dos bens ocorre segundo padrões de valor capitalistas.⁵³²

Em uma situação de transição ainda anterior ao processo de coletivização dos meios de produção esse “duplo caráter” fica ainda mais evidente. Nessa condição, igualitarismo e soberania popular se combinam, pois somente a soberania popular - a mais ampla democracia e participação do povo na política - pode garantir que o Estado trabalhe pela redução das desigualdades de forma estrutural e garanta direitos para a maioria do povo.

Não há socialismo e muito menos comunismo em um só país, dado o caráter mundial da economia.

O caráter mundial da economia determina que a revolução também o seja, pois o comunismo não é viável num só país. Para Trotsky, dentro dos limites nacionais o que se pode construir é um “regime transitório”, mesmo que por um longo tempo. Mas se ele se mantiver isolado, as contradições externas e internas o levarão a sucumbir.⁵³³

Assim como Postone questiona o caráter socialista da ex-União Soviética, Trotsky questiona a então doutrina soviética oficial, que preconizava a ideia de que o socialismo já estava realizado no país, como um estágio inferior do comunismo. Ele sustenta que o socialismo enquanto um estágio inferior do comunismo pressupõe um desenvolvimento econômico superior inclusive ao do capitalismo mais avançado. Por isso, a sociedade soviética, o elo mais fraco do capitalismo que àquelas alturas

⁵³² TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 41.

⁵³³ *Idem.* **A Revolução permanente.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em 28 jan. 2016, p. 5.

havia apenas alcançado o desenvolvimento capitalista, seria um regime transitório e não socialista.⁵³⁴

Esta transição foi abortada. Na sociedade soviética, diante da impossibilidade de assegurar-se a igualdade real, uma minoria privilegiada elevou-se acima da sociedade e, ao invés de perecer, o Estado tornou-se cada vez mais despótico. A escassez, a falta de cultura geral e a necessidade humana de conservação pessoal diante das carências materiais e culturais foram os elementos determinantes deste processo.⁵³⁵ A falência da revolução mundial foi outro fator determinante, pois os bolcheviques não imaginaram que o Estado soviético ficaria isolado por tão longo tempo.⁵³⁶

A emancipação humana é uma ideia que tem seu processo de verdade em curso.⁵³⁷

Diante do que ocorreu, muitos concluíram que a hipótese comunista fracassou. Não para Badiou, autor da frase que abre este ponto e a quem também recorreremos na introdução desta dissertação. Na verdade, o “socialismo real” e a socialdemocracia fracassaram no mundo inteiro como hipóteses de construção de um modo de sociabilidade alternativo. No Brasil este fracasso também é do PT, que após 13 anos no poder não realizou qualquer mudança estrutural que pudesse impor alguma resistência à decisão política da burguesia de voltar a exercer o poder político diretamente e não mais aceitar a sua terceirização. Não cabe aqui fazer um balanço deste processo.

A questão que Badiou nos provoca quando afirma que a emancipação humana é um processo de verdade em curso é que o fracasso das experiências passadas não nos autoriza a abandonar a hipótese comunista. Esse foi um fracasso relativo à forma. É preciso buscar o ponto. O ponto, para Badiou, é o momento do processo em que uma escolha decidiu o devir de todo o processo, e o fracasso remete à decisão errada naquele ponto. Ao compreender o ponto do fracasso, ele torna-se uma lição que se incorpora na construção de uma nova verdade.

⁵³⁴ TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980.

⁵³⁵ *Idem Ibidem*, p. 42.

⁵³⁶ *Idem Ibidem*, p. 44.

⁵³⁷ BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Ao discutir o funcionamento do capitalismo, o papel do Estado, do direito e os desafios de uma transição, nossa intenção foi contribuir na identificação deste ponto. Compreender o caráter histórico do capitalismo e a ligação funcional e ideológica do Estado e do direito ao capital é parte da busca por compreender as razões do fracasso.

O balanço tático e estratégico das derrotas sofridas permite uma mudança de paradigma e a criação de novas formas de organização e de intervenção política. A hipótese comunista, isto é, a hipótese de que é possível a emancipação humana da perversa necessidade permanente de reprodução e valorização do capital, não foi derrotada. Ela ainda não se realizou, mas seu processo de verdade está em curso. A história, como dissemos no início, está em permanente devir. Sigamos em busca dos caminhos da transição.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel. Capitalism at the Turn of the Century: Regulation Theory and the Challenge of Social Change. **New Left Review**. 1/232, Nov./Dez. 1998. Disponível em: <http://newleftreview.org/1/232/michel-aglietta-capitalism-at-the-turn-of-the-century-regulation-theory-and-the-challenge-of-social-change>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- ALAPANIAN, Silvia. A Crítica Marxista do Direito: um olhar sobre as posições de Evgeni Pachukanis. *In*: NAVES, Marcio Bilharinho (org.). **O Discreto Charme do Direito Burguês**: ensaios sobre Pachukanis. Coleção Ideias 8. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Ciências Humanas, 2009.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALI, Tariq. O espírito da época. *In*: HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 243-272, ago. 2011.
- ALMEIDA, Jorge; BADER, Wolfgang. (orgs) **O pensamento Alemão no século XX**. Grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. Volume 1. MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Ernst Bloch e “O sonho de uma coisa”.
- ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Sobre a Reprodução**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.9 n.1, p. 44, jan/jun. 2006.
- ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BADIOU, Alan. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Edunb, 1993.

BEAUVOIR, Simone. **Balanço Final**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: teorema da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. *In*: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BROUÉ, Pierre. **The German Revolution (1917-1923)**. Chicago: Haymarket Books, 2006.

CALDAS, Camilo Onoda. **Teoria da Derivação do Estado e do Direito**. 2005. Tese (Doutorado), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMARGO, Sílvio. **Trabalho imaterial e produção cultural**: A dialética do capitalismo tardio; São Paulo: Anna Blume, 2011.

CAMPOS, Lauro. **A Crise Completa**: a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. *In*: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e Lucros fictícios**. Formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. *In* HARVEY, David...et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CERRONI, Umberto. **O pensamento jurídico soviético**. Roma: Riuniti, 1976.

CHESNAIS, François. A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial Predominantemente Financeiro. **Praga – Estudos Marxistas**, São Paulo, n. 3, 1997.

_____. **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. A Nova Economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. *In*: CHESNAIS, F. e al. (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: _____. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. A Finança capitalista; relações de produção e relações de classe. *In*: BRUNHOFF, Suzanne de; *et al* (Org.). **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia** (elementos para uma teoria marxista do direito. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. ENGELS, Friedrich; KAUTSKY. **O socialismo jurídico**. 2.ed. rev. Tradução Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GENRO, Tarso. **Introdução crítica ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo Filosofia Profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, G.W.F. **Sobre as Maneiras Científicas de tratar o Direito Natural**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HUSSON, Michel e LOUÇÃ, Francisco. Late capitalism and neo-liberalism – A perspective on the current phase on the long wave of capitalism development. *In*: **Kondratieff waves**: dimensions and prospects at the dawn of the 21 century. Volgograd: Uchitel Publishing house, 2012.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**. Lisboa: Antígona, 2006.

_____. **Crédito à Morte**: A decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KASHIURA Júnior, Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica**. Contribuição ao pensamento jurídico marxista. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. Dialética e Forma Jurídica: considerações acerca do método em Pachukanis. *In*: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **O Discreto Charme do Direito**

Burguês: Ensaio sobre Pachukanis. Coleção Idéias 8. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, SP. 2009.

JENSON, Jane. Rebel sons: the regulations school. **French Politics and Society**, vol. 5 nº 4, setembro, Harvard University (art. 750). Disponível em: <http://lipietz.net/spip.php?article750>. Acesso em: 27 jun. 2015.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

KURZ, Robert. Razão Sangrenta. **Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais**. São Paulo: Hedra, 2010.

LÊNIN, V.I. **Duas táticas da social democracia na revolução democrática**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/cap04.htm>. Acesso em 01 nov. 2016.

LENINE, VI. **Obras escolhidas 3**. A revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

_____. **O Estado e a Revolução**. Obras escolhidas. 3 Edições Avante! Lisboa 1985.

LIPIETZ, A. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, A. e STORPER, M. (Eds.) **Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. London: Boston: Allen & Unwin, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Ernst Bloch e “O sonho de uma coisa”. In: ALMEIDA, Jorge; BADER, Wolfgang. (Orgs.). **O pensamento Alemão no século XX**. Grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. Volume 1, p. 244-252.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **Jango**. A vida e a morte no exílio. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MANDEL, Ernest. Situação e futuro do socialismo. In: O socialismo do futuro. **Revista de debate político**. Vol. 1, nº 1, mai. 1990. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Hegel e o advento da teoria social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl. A Comuna de Paris. *In*: **Trabalhadores, uni-vos!**: antologia política da I internacional/ organização Marcello Musto; São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A guerra civil na França**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>. Acesso em 01 nov. 2016.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. *In*: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo III. Avante! Lisboa, 1985.

_____. **Grundrisse**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/>. Acesso em 01 jul. 2015.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Capital**. Livro III. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. Teorias da Mais-Valia. *In*: ROMERO, Daniel (Org). **Marx Sobre as Crises Econômicas do Capitalismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 31-62.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____; _____. **Correspondência Marx e Engels**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1987.

_____; _____. Manifesto do Partido Comunista. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **O manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. **Estado e Forma Política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

_____. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Utopia e Direito**: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 409-426, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200012>. Acesso em: 18 nov. 2016.

NAVES, Márcio Bilharinho. (Org). **Análise Marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH, 2005.

_____. **A questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

_____. (Org.) **O Discreto Charme do Direito Burguês**: Ensaio sobre Pachukanis. Coleção Idéias 8. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, SP. 2009.

_____. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis. Boitempo editorial. São Paulo, SP. 2000.

PACHUKANIS, E.B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>. Acesso em: 27 jun. 2015.

PAULINO, Robério. **Socialismo no século XX**: O que deu errado? São Paulo: Letras do Brasil, 2010.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBAINA, Roberto. **Marx e o núcleo racional da dialética de Hegel**. São Paulo: Alfa-Omega, 2013.

ROMERO, Daniel (Org). **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

_____. Amar uma ideia. *In*: HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SCHMITT, Carl. **O guardião da Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

STUCKA. Petr Ivanovitch. **Direito e Luta de Classes**. Teoria Geral do Direito. São Paulo: Acadêmica, 1988.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980.

_____. Leon. **A Revolução permanente**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>

TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. *In*: NAVES, Márcio Bilharinho (org). **Análise Marxista e sociedade de transição**. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. *In*: HARVEY, David. *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.